

# Desenvolvimento, Meio Ambiente, Território:

Qual Sustentabilidade?<sup>1</sup>

Ivo M. Theis<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo é dedicado à discussão da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, mas se considera a centralidade do território na interação entre as atividades produtivas e o meio físico. Um pressuposto mais geral de que se parte é que desenvolvimento é um processo complexo, que tem lugar num espaço social e natural e num tempo histórico. Outra conjectura é que as causas da crise ecológica, que podem ser buscadas na lógica que governa o processo de acumulação de capital, são filtradas pelo discurso da sustentabilidade. Finalmente, uma última hipótese é que um desenvolvimento territorial socialmente inclusivo e ambientalmente prudente de certas localidades/regiões pode depender não tanto de políticas específicas de inserção, mas da forma como elas se relacionam com as demais estruturas regionais, não só da respectiva formação socioeconômica nacional, mas também da economia mundializada. Ao tratar de objeto tão amplo corre-se diversos riscos. O mais grave, por certo, é que não se pode examiná-lo na devida profundidade sem recorrer a várias disciplinas do conhecimento: enquanto desenvolvimento é um conceito que remete à economia política, o de meio ambiente remete à ecologia política e o de território, à Geografia. Cumpre advertir aqui que as insuficiências que mais destacadamente se vão revelar serão as pertinentes a meio ambiente. Não custa, todavia, lembrar que o ponto de partida é *desenvolvimento*, que o ponto de vista é econômico e que – talvez para a surpresa de economistas, de biólogos e de geógrafos – se assume ser a atividade produtiva, em qualquer espaço e tempo, responsável pela referida crise ecológica.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Globalização. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Território.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Encontro Internacional em Desenvolvimento organizado pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento da Unijuí realizado nos dias 27 e 28/10/2005 no salão de atos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em Ijuí/RS.

<sup>2</sup> Economista, doutor em Geografia Econômica pela Universidade de Tubingen [Alemanha], professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – Furb (theis@furb.br).

## Abstract

---

This article is concerned to the links between development and environment, but here it considers the centrality of the territory by the interaction between production activities and nature. A first presumption is that development is a complex process which takes place in a social and natural space and in a certain historical time. A second presumption is that the causes of the ecological crisis, which can be found in the logic which governs the process of capital accumulation, are filtered by the discourse of sustainability. Finally, the last presumption is that a territorial development, based on social inclusion and environmental prudence of certain localities/regions, may depend not so much from specific policies of insertion in the global economy: it probably depends more from the manner by which they interact with other regional structures – of the respective national socioeconomic formation as also of the global economy. By analyzing so an subject one is submitted to much risks. The most serious is certainly that there is impossible to examine the links between development and the environment at the necessary profundity without entering diverse disciplines of knowledge. So, while *development* is a concept referred to the political economy, that of *environment* is referred to the political ecology, and that of *territory* is referred to the geography. It is necessary to advertise, first, that the point of departure is not the environment, but development; second, that the point of view is that of political economy; and third, that (perhaps of surprise for economists as also for biologists and geographers) it is assumed that production, in every space and every time, is responsible for the alleged ecological crisis.

**Keywords:** Development. Environment. Globalization. Sustainability. Territory.

A crer nos interlocutores da humanidade que têm acesso privilegiado à mídia – e estes não são os ecologistas – estamos mergulhados numa brutal crise ecológica. Catástrofes recentes, separadas no tempo por poucos meses de diferença, provocaram mortes e desgraça em dimensões tão cruéis<sup>3</sup> que parece difícil contestar a idéia de que estamos, realmente, confrontados com sérias ameaças *naturais*. Suas causas podem ter origem na *natureza*, mas há poucas dúvidas de que a forma como a sociedade se relaciona com o meio físico contribuiu para que assumissem a amplitude que tiveram. Para enfrentar essas catástrofes, os amigos do meio ambiente sugerem que ajustemos o calibre do processo de acumulação, tornando o desenvolvimento mais sustentável. Neste artigo buscar-se-á discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, mas não só; se a economia deve se desenvolver de forma mais sustentável, então é preciso considerar a centralidade do território na interação entre as atividades produtivas e o meio físico.

Um primeiro pressuposto mais geral de que se parte é que desenvolvimento é um processo complexo, que tem lugar precisamente num dado espaço social e natural e num certo tempo histórico. Outra hipótese é que as causas da crise ecológica, que podem ser buscadas na lógica que governa o processo de acumulação de capital, são filtradas pelo discurso da sustentabilidade. Finalmente, a última suposição é que o desenvolvimento territorial socialmente inclusivo e ambientalmente prudente de certas localidades/regiões pode depender não tanto de políticas específicas de inserção, mas da forma como elas se relacionam com as demais estruturas regionais não só da respectiva formação socioeconômica nacional como da própria economia mundializada.

---

<sup>3</sup> Além de outras *catástrofes menores* ao longo de todo o ano de 2004, em setembro o furacão *Jeanne* mataria cerca de 3 mil pessoas no Haiti – até que veio o *tsunami*: um terremoto avassalador desencadearia ondas gigantes no litoral da Indonésia, provocando enchentes em vários lugares da Ásia e da África, que custariam 255 mil vidas. Em 2005, os meios de comunicação mostraram por dias a fio a desgraça provocada pelo furacão *Katrina* – embora tenham sido comprovadas não mais que 968 mortes na Louisiana e 221 no Mississipi, conseqüências, digamos, mais amenas que as resultantes de outros dois desastres também recentes. Num deles, o furacão *Stan* provocou chuvas torrenciais e inundações que causaram mais de mil mortes na América Central, sobretudo na Guatemala e no México. No outro, um terremoto no Paquistão custou a vida de 23 mil pessoas e deixou 2,5 milhões sem teto.

Ao tratar de um objeto tão amplo, corre-se, claro, diversos riscos. O mais grave, por certo, é que não se pode examiná-lo na devida profundidade sem recorrer a várias disciplinas do conhecimento; enquanto desenvolvimento é um conceito que remete à economia política, o de meio ambiente remete à ecologia política e o de território, à Geografia. Cumpre advertir aqui que as insuficiências que mais destacadamente se vão revelar serão as pertinentes a meio ambiente; todavia, não custa lembrar que o ponto de partida é *desenvolvimento*, que o ponto de vista é econômico e que – talvez para a surpresa de economistas, de biólogos e geógrafos – se assume ser a atividade produtiva, em qualquer espaço e tempo, responsável pela referida crise ecológica.

O presente artigo está estruturado em cinco seções: esta (i) introdução, (ii) as metamorfoses da idéia de desenvolvimento, (iii) a crise ecológica no contexto da hegemonia do liberal-productivismo, (iv) liberal-productivismo e a dialética local/regional e global: o território em questão, e (v) conclusões: uma agenda alternativa.

## As metamorfoses da idéia de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é recente. Há, no entanto, quem seja da opinião de que ele seja muito recente e, inclusive, que se possa determinar exatamente quando a *development era* começou: 20 de janeiro de 1949, data em que Harry S. Truman assumiu a Presidência dos Estados Unidos. Em seu discurso de posse, ele teria definido a maior parte do planeta como *áreas subdesenvolvidas*.<sup>4</sup> É este o princípio? Uma *arqueologia do pensamento desenvolvimentista* teria que realizar escavações bem mais profundas do que as que levaram a Truman.

---

<sup>4</sup> “epochs rise slowly, but the development era opened at a certain date and hour. On 20 January 1949, it was President Harry Truman who, in his inauguration speech before Congress, drawing the attention of his audience to conditions in poorer countries, for the first time defined them as ‘underdeveloped areas’. Suddenly, a seemingly indelible concept was established, cramming the immeasurable diversity of the South into one single category – the underdeveloped. That Truman coin a new term was not a matter of accident but the precise expression of a world-view: for him all the peoples of the world were moving along the track, some faster, some slower, but all in the same direction” (Sachs, 1993, p. 4).

Com efeito, a história do conceito conduz a um tempo muito mais remoto. Se o termo desenvolvimento se generaliza apenas em meados do século XX, a razão é que havia um outro que sintetizava essa concepção otimista das coisas que predominou nos dois séculos anteriores: trata-se de *progresso*. Ele despertou grandes esperanças tanto nos *senhores* da época colonial quanto nos seus perseguidos (Sbert, 1993). Claro: o conceito de desenvolvimento acabaria sofrendo uma razoável influência da idéia de progresso pela simples razão de que ele foi *condicionado* pelas filosofias dos séculos XVIII e XIX (Furtado, 1978).

Com o termo progresso se pode – ou melhor: se podia – significar desde a preocupação do cristianismo com a ida para os céus; passando pela emancipação do indivíduo em relação à família, ao clã e à tribo, pelo surgimento e consolidação da moderna democracia e pelo aperfeiçoamento do conhecimento sobre os eventos da natureza; até o sentido de libertação da *ordre naturel* da economia, prisioneira de regulações tradicionais, religiosas e políticas (Fetscher, 1980, p. 29-30).

Esses significados correspondem, em maior ou menor grau, aos sentidos assumidos pela *idéia de progresso* até o momento em que ela daria lugar ao conceito de desenvolvimento. Uma definição mais precisa sugere que progresso implica uma dada conseqüência temporal; os eventos/fenômenos abarcados pela conseqüência temporal não estão isolados uns dos outros; entre eles existe um vínculo contínuo, no interior do qual surge algo completamente novo; esse novo pode ser avaliado de forma positiva e como melhor do que o que existia antes; nesse contexto, esse algo novo quebra a continuidade do que é ultrapassado, não gerando, porém, novas possibilidades para o futuro. É este elemento que constitui propriamente o centro da *idéia de progresso* (Rapp, 1992, p. 20, 163, 198-199).

Poucas dúvidas deve haver quanto à presença dessa idéia na famosa obra de Adam Smith – *A Riqueza das Nações*. Com efeito, progresso no sentido de acumulação e crescimento foi o tema crucial da economia

política desde que Smith, seu fundador, defendeu que a divisão do trabalho e a eliminação de obstáculos ao comércio poderiam conduzir à expansão da produção. Por isso, o economista escocês era considerado um otimista: ele apostava nas possibilidades do crescimento da produção. Em compensação Malthus, Ricardo e Mill, embora compartilhassem do essencial da doutrina clássica da economia política, expressaram pessimismo. Thomas Robert Malthus, por exemplo, acreditava que a população crescia em progressão geométrica e a produção de alimentos se expandia em progressão aritmética, de forma que o fim dos tempos poderia se precipitar se não houvesse um severo controle de natalidade. David Ricardo, por seu turno, chegava a conclusões parecidas a partir da constatação de que os *fatores de produção* estavam submetidos à *lei da escassez*, colocando, assim, em funcionamento outra lei: a *lei dos rendimentos decrescentes*. Finalmente, John Stuart Mill convergiu para conclusões como as de Malthus e Ricardo, anunciando a existência de limites para o processo de acumulação por meio da proposição de uma teoria do *estado estacionário* (Tamames, 1983).

No mesmo ano que John Stuart Mill publica seus *Princípios de Economia Política* [1848], Marx e Engels aparecem no horizonte com um panfleto político bem fundamentado [*O Manifesto Comunista*], mostrando que o capitalismo era bom, mas apenas para uma parcela reduzida da sociedade. Deste diagnóstico negativo, mais tarde devidamente fundamentado em análises profundas da economia capitalista, Karl Marx extraiu um otimismo incomum: para ele, o desenvolvimento das forças produtivas fatalmente conduziria à superação do próprio modo capitalista de produção.

Os economistas da Escola Neoclássica – entre eles William Stanley Jevons, Carl Menger, Leon Walras e Alfred Marshall – eram, a seu modo, otimistas. É preciso destacar, contudo, que esse otimismo era radicalmente distinto daquele dos críticos do capitalismo. Cabe lembrar que Jevons e Menger publicaram suas principais obras em 1871, poucos anos depois de

vir à superfície o primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx. O otimismo dos neoclássicos derivava antes da confiança na natureza automática e auto-regulável do mercado, no caráter gradual e harmonioso do crescimento econômico e no contínuo progresso tecnológico (Baldwin, 1979).

As idéias dos neoclássicos dominaram a cena até a quinta-feira negra, 24 de outubro de 1929, quando ocorreu o colapso da Bolsa de Valores de Nova York e se instalou a grande depressão que levaria, até 1932, a mais de 85 mil falências e a quase um quarto da população norte-americana ao desemprego. Neste contexto surge a receita keynesiana de crescimento econômico, baseada não no automatismo do mercado livre, mas em políticas de gastos públicos que afetassem positivamente a demanda agregada. Durante os 30 anos desde o fim da Segunda Guerra, os principais países capitalistas se beneficiaram de políticas keynesianas, combinando estabilidade, crescimento e razoável distribuição.

Se as virtudes do crescimento eram enaltecidas no centro, chegando os teóricos da modernização – como S. N. Eisenstadt, Bert Hoselitz e W. W. Rostow – a proporem que as *sociedades tradicionais* queimassem etapas para se aproximarem do modelo da moderna sociedade industrial, vozes divergentes se levantavam da periferia. Poucos anos após a primeira tentativa de gerar um pensamento próprio na América Latina a partir da Cepal, criada em 1948 em Santiago, Chile, uma corrente crítica (e pessimista) denunciaria as relações perversas a que os países capitalistas centrais condenavam os periféricos. Com efeito, a teoria da dependência – em torno da qual se reuniam nomes como os de F. H. Cardoso, E. Faletto, T. dos Santos, R. M. Marini e A. G. Frank – mostraria como o desenvolvimento das sociedades periféricas era travado em virtude da exploração que lhe impunham as nações centrais, só superável a partir de uma ruptura estrutural.

A crise que acometerá o capitalismo central na década de 70 será explicada por duas posições distintas: uma, saudosa das proposições neoclássicas, defenderá, sobretudo pela voz de Milton Friedman, que o

Estado se recolha e passe a dar lugar ao mercado – aí a idéia de desenvolvimento está completamente ausente, posto que a preocupação passa a ser com o curto prazo. Lipietz (1992, 1994) batizou essa posição, aprofundada a seguir, de *liberal-produtivista*. Outra, de corte neomarxista, criticando as políticas keynesianas *pela esquerda*, defenderá – sobretudo pelas análises de M. Aglietta, R. Boyer e A. Lipietz – que a crise dos anos 70 é uma crise do modelo fordista de desenvolvimento, e a saída requererá a construção de um novo consenso em torno do paradigma tecnológico, do regime de acumulação e do modo de regulação que devem governar um novo modelo de desenvolvimento (sobre a crise do fordismo, ver Lipietz, 1994, p. 341-343).

Ao se concluir esta seção já é possível arriscar três inferências: a primeira é que mesmo a partir de uma brevíssima revisão como esta se constata que desenvolvimento é um conceito cujas raízes são mais profundas que aquelas identificadas com o início do governo de Harry S. Truman; a segunda é que a idéia de desenvolvimento muda com o tempo, o que permite afirmar que a metamorfose que se opera no campo do desenvolvimento guarda estreita relação com o clima ideológico e com as condições históricas dominantes em cada época; a terceira é que desenvolvimento não é algo que pode ser testado num laboratório sem conexão com tempo e espaço, mas, ao contrário, é um processo complexo que tem lugar precisamente num dado espaço social e natural e num certo tempo histórico (Altvater, 1992, p. 17).

## **A crise ecológica no contexto da hegemonia do liberal-produtivismo**

Que desenvolvimento seja um processo que se desenrola num dado espaço social e natural tornou-se um fato admitido no âmbito do debate econômico apenas muito recentemente, e aqui, sim, pode-se indicar uma data mais precisa: 1972, ano em que ocorreram a Conferência



de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – cujos debates tomaram por base a conhecida obra de Bárbara Ward e René Dubos (1973) – e a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, *Limites do crescimento* (Meadows et al., 1978).

Desde então, a sucessão de fatos ambientais mais intimamente relacionados com a crise do modelo fordista ganhou progressivo espaço no meio acadêmico, no debate econômico e na mídia. Destaque-se as importantes contribuições de economistas como E. F. Schumacher, Ignacy Sachs, N. Georgescu-Roegen e H. Daly para a crescente consciência da crise ecológica como resultado da forma como se desenvolve a atividade produtiva.

Não resta lugar a dúvida de que as coisas ficaram muito mais claras após a publicação do relatório da CMMAD (1988), documento que postula a adoção de estratégias de *desenvolvimento sustentável*, e a realização do *Earth Summit*, no Rio de Janeiro, em 1992, ocasião em que se reuniram chefes de Estado, mas quando também se encontraram entidades e organizações da sociedade civil num *Global Forum*.

O que o Fórum das ONGs discutiria em 1992 no Rio de Janeiro, paralelamente ao *Earth Summit*, era resultado de um longo debate que, já nos anos 70, apontava para quatro eixos da contestação ecológica: a sobrevivência da humanidade em escala planetária, o fetichismo das forças produtivas, o modo de produção técnico-industrial, e a heterorregulação do Estado *vis-à-vis* a heteronomia política (ver a esse respeito Dupuy, 1980).

Vejamos no que consistiam esses eixos: em primeiro lugar, considerava-se o *american way of life* inimitável. E a questão que expressava as apreensões com os destinos do planeta era simples: que condições ambientais resultariam da exploração de recursos e da geração de rejeitos se todo mundo adotar o padrão material de vida norte-americano? Tudo indica que o planeta não suportaria... Em segundo lugar, considerava-se equivocado o argumento de que o capitalismo só podia ser superado

após ter executado sua missão civilizadora, desenvolvendo as forças produtivas até alcançar a abundância. A crítica, embora orientada indistintamente aos defensores do crescimento sem limites, mirava o marxismo, para o qual o *reino da liberdade* não podia ser conquistado antes de se escapar do *reino da necessidade*. Em terceiro lugar, considerava-se problemática a extensão do projeto tecnológico, inerente ao modo de produção industrial, aos demais domínios humanos. Como a ciência e a técnica não são neutras, a invasão do tecido social pela racionalidade instrumental e a redução das relações sociais à condição de meras relações fabris tendiam a converter a sociedade em prisioneira de suas ferramentas. Em quarto e último lugar, considerava-se que a concentração de poder no Estado favorecia a alienação e a despolitização da sociedade. A crítica ao Estado se fundamentava na premissa de que o poder deveria ser desconcentrado e a sociedade civil e as esferas locais de poder deveriam ser fortalecidas. Maior autonomia poderia resultar da revalorização de relações baseadas na reciprocidade, na cooperação e na ajuda mútua (Dupuy, 1980, p. 27-36).

É inquestionável que esses temas são atualíssimos, no entanto, precisamente por evocarem questões que radicalizam o debate, acabaram sendo ultrapassados pelo discurso – e pela agenda – do desenvolvimento sustentável. Para mostrar como isso se deu, convém voltar à crise do fordismo e à saída que acabaria sendo eleita.

Uma profunda mudança socioeconômica teve lugar nos anos 70 em decorrência da ascensão de um novo paradigma societário,<sup>5</sup> o *liberal-productivismo*. Daí em diante os fatos são mais conhecidos: M. Thatcher é levada ao poder no Reino Unido e R. Reagan nos Estados Unidos. Ambos reagem à crise do fordismo com doses cavalares de

<sup>5</sup> Por *paradigma societário* se entende o modo como se estruturam identidades e interesses de classes e grupos sociais no universo mais amplo de suas representações políticas (Lipietz, 1994, p. 340).

*neoliberalismo*.<sup>6</sup> E como crescia a influência dos Estados Unidos sobre os organismos multilaterais, o paradigma liberal-produtivista se generalizou rapidamente pelas demais nações centrais por intermédio da OECD (Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento) e pelos países periféricos por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

O que está por trás do liberal-produtivismo? O argumento subjacente ao paradigma vencedor é que a crise do fordismo tinha origem num excesso de regulação estatal e em demasiada influência sindical nos custos de produção e, portanto, na competitividade do capital privado. Caberia, portanto, cortar gastos públicos, que financiavam o Estado de Bem-Estar Social, a implementação de medidas ambientais etc., bancados com os impostos oriundos do setor produtivo privado. Quanto menos burocracia estatal e subsídios concedidos a atividades não-lucrativas e quanto mais flexíveis as relações de trabalho – portanto: quanto mais *mercado auto-regulado* – tanto mais recursos sobriariam para as empresas investirem, produzirem e gerarem novos empregos – e impostos! (Lipietz, 1992, p. 30).

Cumprir lembrar que a lógica do regime de acumulação fordista estava fundada no crescimento intensivo e na produção em massa para um consumo em massa. Toda a produção envolve, sempre, a transformação do meio ambiente natural – compreendendo a hidrosfera, a atmosfera, a litosfera – e também aquele já alterado pela sociedade humana, o meio ambiente rural e urbano,<sup>7</sup> contudo, diante das pressões exercidas

---

<sup>6</sup> Atente-se para o fato de que o neoliberalismo não foi inventado para responder à crise do fordismo nem foi adotado pela primeira vez nos governos de Thatcher e Reagan. Enquanto projeto político, o neoliberalismo repousa sobre a liberalização de forças competitivas de mercado, o abandono de uma intervenção centrada no controle da demanda e a rejeição de medidas voltadas para o bem-estar social (Peck; Tickell, 1994, p. 292-295) e tem suas origens nas contribuições de Friedrich August von Hayek e demais intelectuais ultraconservadores reunidos em torno da Mont Pèlerin Society (Plehw; Walpen, 1999).

<sup>7</sup> “As contradições ecológicas do capital não se manifestam apenas no campo, nas formas [...] da rapina do solo, da destruição dos recursos naturais [...] ligadas com um certo tipo de economia agrária, mas se manifestam também e principalmente no ambiente urbano e como consequência direta da industrialização” (Quaini, 2002, p. 142).

pelo movimento ecológico nos anos 70 nos Estados Unidos e na Europa, que aos poucos resultaram em leis ambientais constringendo as firmas a adotarem controles no processo produtivo, os custos de produção aumentaram, afetando a competitividade do capital privado (Lipietz, 1992, p. 52-53, 1994, p. 343-345).

A instituição plena do liberal-productivismo provocou efeitos perversos. De um lado, ressurgiu nas nações centrais uma polarização social desconhecida desde o fim da Segunda Guerra Mundial (*a spectacular brazilianization of the United States*); nos países periféricos agravaram-se as condições materiais de vida em decorrência do desmantelamento de um incipiente (quando existente) Estado de Bem-Estar; tanto naquelas quanto nestes grassaram brutais desemprego e subemprego (Lipietz, 1992, p. 35). De outro lado, retrocessos no campo ecológico, principalmente via flexibilização (e desrespeito) das normas ambientais, mas compensados pela adoção do discurso [e da agenda] do desenvolvimento sustentável.

Se, portanto, a questão ambiental vem permanecendo no centro do palco, isso se explica não apenas pela gravidade dos problemas aos quais tem estado associada e pela urgência de respostas que tem exigido, mas pela facilidade com que termos como *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* têm sido empregados, tanto por movimentos ambientalistas do Terceiro Mundo como pelo Banco Mundial e, até mesmo, por militares estadunidenses (Peet; Watts, 1996).

É salutar que se tragam os problemas ambientais ao debate, indiferentemente das origens e das perspectivas dos discursos que logram generalizá-los. O discurso da sustentabilidade, entretanto, tem servido antes de filtro, de expediente para escamotear a natureza dos problemas ambientais. Ao invés de revelar, a linguagem do desenvolvimento sustentável tem encoberto as causas concretas da crise ecológica, ocultado as conexões objetivas entre a lógica e a dinâmica do processo de acumulação capitalista e os seus impactos específicos sobre o meio ambiente, invertido substância e aparência (p. 7-9).

Por exemplo: é comum difundir-se que, para diminuir os impactos sobre o meio ambiente, devem ser adotadas tecnologias mais avançadas que promovam um desenvolvimento mais sustentável. O argumento é que sistemas tecnológicos que desperdiçam recursos e geram muitos resíduos devem ceder lugar a outros, que poupem insumos e reduzam a poluição. Ocorre que, no contexto da acumulação capitalista, os avanços nos sistemas tecnológicos não são incorporados nem por sua funcionalidade ecológica nem tampouco para encurtar a jornada de trabalho: o propósito por trás da adoção de certo conjunto de técnicas é a valorização do capital que, claro, se dá mediante uma redução de custos lograda tanto pelo emprego de menos insumos da natureza e, às vezes, de menor devolução de rejeitos ao ambiente, quanto pela “liberação” de força de trabalho. Assim, o duplo efeito esperado do uso de tecnologias avançadas é uma pressão menor sobre a base de recursos naturais – se mantida a escala de produção anterior, por que tecnologias mais avançadas podem significar também volumes maiores de produção – e uma exploração ampliada do trabalho.<sup>8</sup>

Esse exemplo mostra que a redução dos impactos sobre o meio ambiente não poderá ser o resultado automático da adoção de tecnologias mais avançadas especialmente concebidas para promoverem *desenvolvimento sustentável*. Se o propósito subjacente às decisões que têm lugar na esfera econômica é a valorização do capital, então o uso de técnicas antigas ou novas é indiferente para enfrentar a crise ecológica; afinal, “a tecnologia em si não é a causa fundamental da desacumulação do meio ambiente” (Samohyl, 1982, p. 127). O que faria enorme diferença seria deslocar o debate para a esfera política...

Ao concluir esta seção, chega-se a três novas inferências: a primeira é que os grandes eixos da problemática ambiental, que, a rigor, ganharam uma audiência mais ampla apenas no Fórum das ONGs em 1992,

---

<sup>8</sup> Ver, a esse propósito, Arizmendi (2001, p. 176-177). Não custa lembrar, também, com Marx (1985, p. 102), que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

embora velhos temas do movimento ambientalista, permanecem questões atualíssimas da crise ecológica no contexto do liberal-productivismo; a segunda é que, se havia uma combinação de certa equidade social e imprudência ecológica durante a vigência do modelo fordista, o paradigma liberal-productivista conduz uma equação tanto social quanto ambientalmente perversa; a terceira é que as causas concretas da crise ecológica no âmbito do liberal-productivismo – que, do ponto de vista que aqui se adota, deveriam ser buscadas precisamente na lógica que governa esse processo de acumulação – são filtradas pelo discurso da sustentabilidade.

## **Liberal-productivismo e a dialética local/regional e global: o território em questão**

Do modo como se configura a crise ecológica no contexto do paradigma liberal-productivista, pode-se afirmar que desenvolvimento é um processo que se desenrola não apenas num dado espaço natural, mas também num espaço social. Isso permite orientar a atenção para a questão do território. E para tratar dela opta-se pela tensão dialética entre o local/regional e o global; a justificativa é que, apesar de a economia privilegiar a escala nacional, os fatos sociais e políticos – portanto, também os econômicos – ocorrem na escala local/regional; mas é inegável que o que se passa no âmbito local é cada vez mais condicionado pelo que acontece na escala global. Para facilitar a exposição do argumento, recorre-se aqui ao jovem Lipietz (1988) e aos geógrafos regulacionistas ingleses Peck e Tickell (1994).

Para esclarecer como o território resulta da dialética entre o local/regional e o global no contexto do paradigma liberal-productivista, parte-se da noção de espaço para chegar ao conceito de região e, então, a uma explicação plausível da natureza do desenvolvimento regional.

Quando se faz referência a espaço tem-se em mira a noção de *espaço socioeconômico concreto*, que é, simultaneamente, resultado da articulação de relações sociais determinadas (passadas) e constrangimento objetivo para que tais relações possam continuar tendo curso (no presente e no futuro). Assim, “a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado” (Lipietz, 1988, p. 24-25).

Se o espaço socioeconômico concreto é espaço socialmente recriado sobre um espaço previamente existente, então pode-se conceituar regiões como espaços objetivamente delimitados que decorrem “*das relações inter-regionais* e estas [aparecem] como uma dimensão das relações sociais” (p. 29).

Para os fins aqui em vista, pode-se distinguir três categorias de regiões (p. 98-111):

- Regiões que apresentam forte meio tecnológico: a estas se atribuem as funções de direção do processo de trabalho e de valorização do capital com base em tecnologias avançadas, o que as caracteriza como de acumulação autocentrada;
- Regiões que apresentam uma densidade de força de trabalho qualificada: nestas têm lugar uma fabricação elaborada, o que as caracteriza como regiões intermediárias; e
- Regiões que apresentam reservas de mão-de-obra não-qualificada de origem rural: estas são responsáveis pela montagem desqualificada, o que as caracteriza como regiões periféricas.

No *interior* de cada região é possível identificar uma dada *estrutura regional*, no âmbito da qual se regulam as contradições secundárias entre as classes dominantes, considerados o grau de articulação dos modos de produção e o estágio de desenvolvimento alcançado pelo capital local – i.é. pela base infra-estrutural que delimita o espaço econômico regional. Pode-se, pois, fazer referência a *bloco hegemônico regional*, acei-

tando essa expressão no sentido de Gramsci, ou seja, um sistema de exploração e de articulação dos modos de produção, a forma e base das alianças entre as classes dominantes, e a forma e suporte da dominação ideológica sobre as classes dominadas (Lipietz, 1988, p. 159).

No *exterior* de cada região, então, ocorre o confronto das diversas estruturas regionais que, reunidas, configuram uma certa formação socioeconômica nacional. Dados os limites desta, as relações inter-regionais indicam o caráter desigual do desenvolvimento de cada região em específico<sup>9</sup> – no período recente amplificado pela saída liberal-produtivista e pelo processo de mundialização neoliberal.<sup>10</sup>

Com efeito, o desenvolvimento territorial tem sido fortemente condicionado pela mundialização. Se nas nações centrais alguns espaços locais/regionais lograram integrar-se ativamente, por estarem estes dotados de recursos (capital, força de trabalho qualificada, universidades e institutos de pesquisa), a maioria deles ou ficou marginalizada ou teve sua participação reduzida a uma inserção passiva. Isso, todavia, não significa que estratégias locais/regionais sejam irrelevantes – pelo contrário: algumas regiões lograram *desenvolver-se* no contexto da mundialização neoliberal, precisamente por não se deixarem aprisionar pelas opções impostas desde o exterior. As alternativas de políticas locais/regionais mais comuns têm abrangido (Peck; Tickell, 1994, p. 281):

- Treinamento/requalificação da mão-de-obra,
- Redução da seguridade social,

---

<sup>9</sup> “Consideremos uma formação social nacional apresentando um desenvolvimento desigual de regiões, como forma de desdobramento espacial da articulação de diversos modos de produção [...] este desenvolvimento desigual se traduz por desigualdades cumulativas do lucro e da acumulação, com suas consequências sociais clássicas” (Lipietz, 1988, p. 157).

<sup>10</sup> Para Peck e Tickell (1994), a mundialização é a saída neoliberal para a valorização do capital privado. Isso, porém, não a converte em uma globalização de vantagens para todos, pelo contrário, torna-a fonte de uma crise global marcada por uma internacionalização não regulada do sistema financeiro mundial, uma globalização geograficamente (e politicamente) ilimitada da produção e do comércio, e uma extensão da ação das corporações transnacionais sem qualquer controle.



- Adoção de medidas orientadas para a busca da competitividade empresarial,
- Construção de parques tecnológicos,
- Investimentos pesados em *marketing* municipal/regional,
- Realização de parcerias público-privadas.

Vale lembrar, porém, que a mundialização neoliberal desencadeou poderosos processos de desordem global, diante dos quais as políticas referidas não passam de respostas locais/regionais reativas – embora, em alguns casos, bem-sucedidas. As evidências, contudo, têm mostrado que o êxito de algumas localidades/regiões tem sido logrado à custa do fracasso de outras...

Um dado adicional diz respeito ao enfraquecimento dos Estados-Nação. Convém alertar que, no contexto do liberal-productivismo, o Estado transferiu – ou perdeu – para as localidades/regiões, funções importantes sem a correspondente transferência de recursos que, no novo nível, as financiassem – de forma que localidades e regiões ganharam “responsabilidade sem poder”; de outro lado, a capacidade de promover políticas de desenvolvimento territorial do Estado foi erodida, precisamente pela mundialização neoliberal, que concentrou poder em estruturas supranacionais – as quais, assim, passaram a exercer “poder sem responsabilidade” (Peck; Tickell, 1994, p. 311).

Se é possível, então, verificar algumas *reações locais/regionais bem-sucedidas*, também se constatam dificuldades de regulação nesse nível do território em decorrência do enfraquecimento dos Estados. Reações são possíveis se puderem ser mobilizados suficientes recursos em nível local/regional para uma inserção ativa no contexto global; claro, esses recursos, se disponíveis, como já foi dito acima, são sempre produtos de acumulação prévia no âmbito da respectiva região. Tais reações, contudo, podem não ocorrer e isso poderia ser explicado não apenas por dificuldades de regulação local/regional, mas também por razões ligadas tanto à incapacidade do Estado em promover políticas de desenvolvi-

mento territorial como à crescente polarização social no território resultante das estratégias (bem sucedidas) do liberal produtivismo (Peck; Tickell, 1994, p. 305).

Chegando-se ao final da presente seção, pode-se sugerir três novas inferências: a primeira é que no, contexto do liberal-produtivismo, a dialética entre o local/regional e o global implica reconhecer uma desordem global decorrente da mundialização neoliberal, que afeta negativamente o desenvolvimento territorial; a segunda é que a superação dessa desordem global é uma questão supralocal, que requer o enfrentamento do neoliberalismo<sup>11</sup> no plano da economia mundializada (p. 282); a terceira é que, paradoxalmente, o êxito de certas localidades/regiões – compreendido este como desenvolvimento territorial – pode depender menos de políticas específicas de inserção que da forma como elas se relacionam com as demais estruturas regionais não só da respectiva formação socioeconômica nacional como da própria economia mundializada.

## **Conclusões: uma agenda alternativa**

Com a presente intervenção teve-se o duplo propósito de (a) discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, considerando que esta relação tem lugar num espaço concreto, (b) examinar a centralidade do território na interação entre a sociedade e o meio físico. O argumento se apóia em três pressupostos. Primeiro, sugeriu-se que desenvolvimento pudesse ser um processo complexo, que tem lugar num dado espaço social e natural e num certo tempo histórico. Depois, assumiu-se que as causas da crise ecológica podiam ser buscadas na lógica que governa o processo de acumulação de capital – o que seria escamo-

---

<sup>11</sup> Não custa lembrar: “neo-liberalism [...] is most certainly not part of the solution to the crisis, but on the contrary [...] the political essence of the problem” (Peck; Tickell, 1994, p. 281).

teado pelo discurso da sustentabilidade. Finalmente, propôs-se que um desenvolvimento territorial socialmente inclusivo e ambientalmente prudente de certas localidades/regiões pudesse depender não de políticas específicas de inserção, mas da maneira como elas se relacionam com outras localidades/regiões em âmbito nacional e global.

Sinteticamente, e partindo-se dos pressupostos desta intervenção, pode-se esboçar três conclusões mais gerais.

Em primeiro lugar, no que se refere à idéia de desenvolvimento, deve ter ficado suficientemente claro que a metamorfose que se opera no campo do desenvolvimento guarda estreita relação com o clima ideológico e com as condições históricas predominantes em cada época histórica. Por isso, pode-se afirmar que desenvolvimento não é algo que pode ser testado num laboratório desconectado do tempo e do espaço; pelo contrário, como Altvater (1992) assegurou, é um processo complexo que tem lugar precisamente num dado espaço social e natural e num certo tempo histórico.

Em segundo lugar, quanto à problemática ambiental, é preciso lembrar que as relações entre a sociedade e o meio ambiente eram consideravelmente mais pacíficas enquanto o processo de reprodução [no sentido conferido por Marx no capítulo 21 d'O Capital] se baseava na produção de valores de uso e se orientava para a subsistência (a propósito, que fique claro que não se defende um retorno ao mundo pré-industrial). O processo de reprodução no capitalismo, todavia, assume o caráter de produção de excedentes, em que os valores de uso são, antes de mais nada, valores de troca, e as relações *entre* sociedade e meio ambiente são análogas às relações que preponderam *no interior* da própria sociedade. Por isso, velhos temas como os indicados por Dupuy (1980) continuam se apresentando como questões atualíssimas no contexto do liberal-productivismo. Há uma novidade, porém: o *discurso da sustentabilidade* vem encobrendo as causas concretas da crise ecológica, que podem ser localizadas na lógica que governa o processo de acumulação capitalista.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à questão do território, parece claro que no, contexto do liberal-produtivismo, a dialética entre o local/regional e o global é condicionada pela mundialização neoliberal. Qualquer tentativa de regulação local/regional tenderá ao fracasso no contexto de permanência da presente desordem global. Para que as relações global-local sejam mais favoráveis para as localidades/regiões, impõem-se medidas de cooperação entre os atores situados nas diferentes escalas espaciais. Políticas locais/regionais podem produzir efeitos positivos, i.é., economias locais/regionais podem se desenvolver, mas então num quadro de condições nacionais e supranacionais menos hostis. Para enfrentar a desordem global são requeridas medidas supralocais de regulação da competição internacional (Peck; Tickell, 1994, p. 306). Isso tem como implicação que o desenvolvimento territorial de certas localidades/regiões tenderá a depender menos de políticas específicas de inserção que da maneira como elas se relacionam com as demais localidades/regiões, não só na escala nacional, mas inclusive na da economia mundializada.

Se desenvolvimento é um processo complexo que tem lugar num espaço social e natural e num tempo histórico; se esse desenvolvimento no contexto do capitalismo liberal-produtivista encobre as relações perversas que predominam no interior da sociedade e entre esta e o meio físico; e se esse desenvolvimento é condicionado pela presente desordem global, o que resta a fazer senão assistir passivamente à desordem global ganhar dimensões que recoloquem no horizonte a alternativa da barbárie?

Um passo, certamente, é questionar os valores da sociedade capitalista em geral e rejeitar a economia produtora de valores de troca e predadora de recursos. Outro é criar identidade com os grupos excluídos pela sociedade capitalista, sobretudo com aqueles que se dedicam à conservação/proteção ambiental, que participam dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas, que se empenham na construção de relações solidárias no interior da sociedade e entre esta e o meio ambiente (Peet; Watts, 1996, p. 10-13).

A construção de relações mais solidárias, todavia, tem de partir do propósito mais amplo de promover desenvolvimento territorial, socialmente inclusivo e ecologicamente prudente, apoiada na radicalização da democracia em todas as escalas. Aqui se entende por democracia a forma de regulação política que implica, ou não, a participação da cidadania na definição de um certo paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de um dado modelo de desenvolvimento. A radicalização da democracia é uma questão relevante para os movimentos sociais e uma condição para o atendimento de suas demandas e aspirações (Lipietz, 1994, p. 341).

Um aprofundamento do assunto, evidentemente, foge dos propósitos desta intervenção, mas duas questões exigem ser encaminhadas: primeiro, qual é a pertinência da democracia neste contexto? Segundo, qual é a viabilidade da democracia neste contexto?

Quanto à primeira questão, a democracia implica reconhecer a necessidade do espaço político, a irredutibilidade do conflito humano e o seu papel fundador, posto que “o conflito é também a manifestação insuperável da pluralidade das liberdades e da autonomia” (Dupuy, 1980, p. 96); portanto, “mesmo numa sociedade que teria eliminado a exploração econômica, a questão da democracia deveria sempre ser levantada, de outro modo que a *ultrapassando*, ou seja, sem jogá-la nos entulhos da história. Pois, o conflito humano não se limita à exploração econômica, e é inútil querer acabar com ele” (p. 97).

No que se refere à segunda questão, uma alternativa democrática permanece viável. Medidas como a redução de hierarquias, a extensão dos espaços de participação em direção às relações de trabalho, a garantia simultânea ao direito ao trabalho e a mais tempo livre, a imposição de limites para a exploração de recursos e produção de rejeitos, a promoção de equidade nas relações de gênero e étnicas, nas escalas local/regional e nacional, por meio da mobilização política dos sujeitos, indicam a viabilidade da alternativa democrática. Se tais medidas ganharem força, no

entanto, o projeto social-democrata de um *Estado de Bem-Estar* na periferia concorrerá com outro, o projeto de uma *Comunidade de Bem-Estar*, produto da radicalização democrática em âmbito local (Leborgne; Lipietz, 1992, p. 347; Lipietz, 1994, p. 355-356).

A propósito, para quem vier a se engajar na promoção de um desenvolvimento territorial, socialmente inclusivo e ecologicamente prudente, apoiada na radicalização da democracia em todas as escalas, cabe advertir que no meio do caminho existe a pedra da mundialização neoliberal. Se não forem desenvolvidas novas modalidades de regulação em plano nacional e supranacional e cultivadas relações globais não agressivas, a *Comunidade de Bem-Estar* apoiada na democracia local permanecerá uma miragem (Lipietz, 1994, p. 354; Peck; Tickell, 1994, p. 311).

## Referências

- ALTVATER, E. *Der Preis des Wohlstandes oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.
- ARIZMENDI, L. Modernización tecnológica y crisis ecológica global del capitalismo contemporâneo. In: CORONA, L.; HERNÁNDEZ, R. (Org.). *Innovación tecnológica y medio ambiente*. Mexico: Plaza y Valdés, 2001. p. 161-187.
- BALDWIN, R. E. *Desenvolvimento e crescimento econômico*. Tradução de O. C. Alves e S. Ruggiero. São Paulo: Pioneira, 1979.
- CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.
- DUPUY, J.-P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FETSCHER, I. *Überlebensbedingungen der Menschheit: Zur Kialektik des Fortschritts*. München: R. Piper & Co. Verlag, 1980.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Conceptual fallacies and open questions on post-fordism. In: STORPER, M. SCOTT, A. J. (Org.). *Pathways to industrialization and regional development*. London; New York: Routledge, 1992. p. 332-348.

LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. Tradução de M. F. Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, A. *Towards a new economic order: post-fordism, ecology and democracy*. New York: Oxford University Press, 1992.

LIPIETZ, A. Post-fordism and democracy. In: AMIN, A. (Org.). *Post-fordism: a reader*. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell, 1994. p. 338-357, 1994.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (livro primeiro: “o processo de produção do capital”, tomo 2). Tradução de R. Barbosa e F. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEADOWS, D. H. et al. *Limites do crescimento*. Tradução de I. M. F. Litto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

PECK, J.; TICKELL, A. Searching for a new institutional fix: the after-fordist crisis and the global-local disorder. In: AMIN, A. (Org.). *Post-fordism: a reader*. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell, 1994. p. 280-315.

PEET, R.; WATTS, M. Liberation ecologies: development and environment in an age of market triumphalism. In: PEET, R.; WATTS, M. (Org.). *Liberation ecologies: environment, development, social movements*. London; New York: Routledge, 1996. p. 1-45.

PLEHWE, D.; WALPEN, B. Wissenschaftliche und wissenschaftspolitische Produktionsweisen im Neoliberalismus. In: *Prokla: Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft*, 29 (115), p. 203-235, 1999.

QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Tradução de L. L. Fernandes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAPP, F. *Fortschritt: Entwicklung und Sinngehalt einer philosophischen Idee*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1992.

SACHS, W. Global ecology and the shadow of “development”. In: SACHS, W. (Org.). *Global ecology: a new arena of political conflict*. London; Halifax: Zed Books; Fernwood Publishing, 1993. p. 3-21.

SAMOHYL, R. Acumulação de capital e desacumulação do meio ambiente. In: *Economia & Desenvolvimento*, São Paulo: Cortez, 1 (2), p. 95-127, 1982.

SBERT, J. M. Fortschritt. In: SACHS, W. (Org.). *Wie im Westen so auf Erden: Ein polemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, 1993. p. 122-144.

TAMAMES, R. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

WARD, B.; DUBOS, R. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução de A. Lamberti. São Paulo: Edgard Blücher; Melhoramentos; Ed. USP, 1973.